

O Infante de Sagres



drama épico por Jaime Cortesão

JAIME CORTESÃO

O INFANTE DE SAGRES

DRAMA ÉPICO EM IV ACTOS

COM DUAS COMPOSIÇÕES MUSICAIS DE ÓSCAR DA SILVA

REPRESENTADO PELA PRIMEIRA VEZ NO «REPÚBLICA» (ACTUAL
«S. LUÍS») DE LISBOA, EM DEZEMBRO DE 1916

E NO PORTO A 17 DE MAIO DE 1917 E RESPECTIVOS PRÓLOGOS

4.^a EDIÇÃO

com «PREFÁCIO A MODO DE MEMÓRIAS» DO AUTOR
SUA BIBLIOGRAFIA E NOTAS

Edições  Marânus

1 9 6 0



Prefácio a modo de memórias

Sugere-m-nos os dois amigos, a quem devo a iniciativa desta quarta edição, os Senhores Aníbal Coimbra, a quem primeiro acudiu a ideia, e Oliveira Júnior, que a abraçou com entusiasmo e lhe deu execução, que faça anteceder a obra pela história das origens de *O Infante de Sagres*. Obedeço com prazer à sugestão. Cheguei a uma idade crepuscular e atravessamos uma época tão incerta e cheia de interrogações, que me é grato volver os olhos para o passado ou para certos períodos do passado, em que a vida era cheia de sol, optimismo, afirmação e fé.

O pensamento de escrever *O Infante de Sagres* e fazê-lo representar deve ter nascido, tanto quanto as minhas recordações permitem fixar uma data aproximada, pelos fins do ano de 1914. Era então professor de História e Literatura Portuguesa no Liceu de Rodrigues de Freitas, do Porto; membro dos mais activos da direcção da Renascença Portuguesa, também com sede no Porto, e em cuja agremiação figurava como sócio número 1; e começara a dirigir o diário republicano *O Norte*, daquela mesma cidade, fundado ou refundado para fazer a campanha da intervenção de Portugal na primeira Grande Guerra europeia. Da conjugação destes três factos, em que o segundo sobreleva, nasceu a ideia de escrever, como então o designei, o «drama épico» em verso e em quatro actos, *O Infante de Sagres*.

Ao que recordo — perdoem os leitores que o faça — as minhas lições de História deviam ter certo interesse para os rapazes que me escutavam. Poeta de veia épica e dramática

— assim o proclamaram os críticos, a começar por Fernando Pessoa — buscava evocar perante os meus alunos as grandes figuras da História Pátria e, mais que todas, os génios da acção, aureolados por uma lenda de heroísmo ou santidade, como Nun'Álvares e o Infante D. Henrique, tentando bosquejar-lhes os rasgos do carácter através dos próprios actos. Certo é que, se a primeira aula era de história e se lhe seguia imediatamente a de literatura, sucedia, com frequência, que os jovens escolares me pediam para não interromper a narrativa, prescindindo voluntariamente do intervalo que a eles dava recreio e a mim repouso.

Foi nessa tentativa de moldar imagens do passado e as de mais vincado e nobre sentido, que me veio a tentação de superar o esforço e projectar os personagens no palco, dando-lhes vida e movimento dramático, para lição dum público mais vasto.

A ideia germinou rapidamente. Dei-me com febre a realizá-la. E conjugaram-se para levá-la a termo os patrióticos propósitos de renascente, o sentido pragmático da arte que eu desejava pôr ao serviço do ressurgimento heróico de Portugal e — não há negá-lo — os sonhos de glória pessoal. Quantas e febris ambições me incendiavam a mente!

Mas acima de tudo me impelia ao trabalho a minha formação de renascente — e de portuense adoptivo.

O que foi a Renascença Portuguesa? Talvez para os que se interessam pela história portuguesa, por forma geral e, mais particularmente, a dos movimentos literários em Portugal — hoje que desapareceram quase todos os seus fun-

dadores — possa interessar o testemunho dum dos homens que mais se esforçaram por lançar-lhe os alicerces e buscaram realizá-la, sob os seus múltiplos aspectos. Além de colaborador assíduo do seu órgão, A Águia, e das suas realizações editoriais, fui director de outro dos seus órgãos periódicos, A Vida Portuguesa, e um dos professores mais activos das Universidades Populares, que fundámos e, muito particularmente, na do Porto.

Quais os propósitos essenciais da Renascença Portuguesa? Alguns críticos e historiadores da literatura portuguesa viram a Renascença Portuguesa quase exclusivamente através da maior das suas figuras literárias, Teixeira de Pascoais, que foi durante vários anos director de A Águia. Poeta de génio, que enfileirou, pela grandeza e profundidade originais da obra, ao lado de Camões e Antero, e em cujo espírito, por isso mesmo, dominou uma visão poética muito própria, do Mundo e da Vida, — aquilo a que chamou o saudosismo —, ele influiu poderosamente sobre os poetas da geração seguinte à sua e tornou-se o fulcro literário da Renascença, atraindo a si as maiores atenções, admirações e também as críticas mais vivas.

E o que era o saudosismo? Para Pascoais a verdadeira essência do génio nacional estava na saudade elevada a um conceito transcendente, entre histórico e metafísico, do qual vieram a derivar no espírito do poeta consequências políticas e religiosas. Esse complexo riquíssimo da saudade resultava, conforme o Poeta, não só de uma fusão de sangue ariano e semita, mas também de duas civilizações, a pagã e a cristã.

Para Pascoais, a Saudade (com maiúscula) era «a síntese do espiritualismo cristão e do naturalismo pagão, por isso que ela contém em si o Desejo e a Dor, a Esperança e a Lembrança, — esperança incidindo sobre o passado, lembrança incidindo sobre o futuro — o próprio espírito lusitano na sua expressão mais íntima, profunda e original».

Tendo levado o seu conceito de saudosismo até às últimas consequências, Pascoais pregou a criação de uma igreja lusitana, pois, a seu parecer, o povo português era, não católico, mas saudoso, quer dizer, juntamente pagão e cristão; e defendeu uma política de democracia rural e municipalista, a que atribuía profundas raízes no passado.

Mas nas suas influências o saudosismo foi quase exclusivamente um fenómeno literário. Num grupo de idealistas, em que predominavam os poetas, além de Pascoais e muito a latere António Correia de Oliveira e Afonso Lopes Vieira, com personalidade por demais já então afirmada para se deixarem dominar pelo pensamento de Pascoais, vinha o núcleo dos poetas novos — Augusto Casimiro, Mário Beirão, Afonso Duarte, nós próprio, Fernando Pessoa, o lusiada profeta da Mensagem, não esquecendo Leonardo Coimbra, grande poeta em prosa; e todos, em maior ou menor grau, sofremos a influência do saudosismo. Houve de facto uma poesia saudosista, com Pascoais à frente, que tem o seu lugar, e honroso lugar, na história da literatura portuguesa.

Sob alguns aspectos, a Renascença Portuguesa representava a reacção contra a geração de «Os Vencidos da Vida», no que esta teve de céptica, pessimista e amarga, e

mergulhava as raízes no romantismo e, em especial, na tradição de Garrett.

Mas a Renascença Portuguesa não foi apenas um grupo de poetas ou de homens predominantemente voltados para a poesia e dominados pela visão poética dum escritor de génio. Compunha-se de espíritos de tendências muito diversas; e bastaria lembrar que logo de começo pertenceram aos seus corpos dirigentes e colaboraram assiduamente em A Águia escritores, como António Sérgio e Raul Proença, para nos convenceremos de que houve uma ala de renascentes que se opunha ao ideal literário, político ou filosófico do saudosismo. Bastaria igualmente citar os muitos escritores e intelectuais que compunham os corpos directivos da Renascença para nos inteirarmos de que homens de formação muito diversa enfileiraram a princípio nos seus quadros.

Qual então o denominador comum que agregou homens de tendências tão díspares? Respondemos: a necessidade, sentida por todos, de dar um conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana, que acabava de fundar um novo regime em Portugal. Nós próprio, durante o ano de 1912, da fundação da Sociedade, em artigo publicado em A Águia, dizíamos que a Renascença Portuguesa tinha por fim «*tor-
nar-se a consciência activa dum fenómeno social de ressur-
gimento que, de há alguns anos para cá, se vem reali-
zando*».

Possuímos, não obstante, um documento talvez único, mas pelo menos raríssimo, as provas tipográficas dum manifesto — Ao Povo — A Renascença Portuguesa — que, segundo

tativo e resistente da Renascença e de A Águia foi constituído por escritores do Norte, sediados no Porto: Teixeira de Pascoais, de Amarante, Alvaro Pinto, — coluna vertebral do movimento pelo seu inquebrantável dinamismo, — transmontano, Leonardo Coimbra, da Lixa, Augusto Casimiro, de Amarante, Augusto Martins, matemático e fervoroso idealista, da Maia, e nós próprio, nascido ao norte do Mondego, mas então professor no Porto, nos considerávamos portuense adoptivo. A Renascença foi, na verdade, pelas suas origens, carácter e tendências, um movimento portuense.

Compreende-se assim que desse impulso de renovação cultural e da iniciativa de um dos seus maiores e mais típicos representantes, Leonardo Coimbra, tivesse saído a ideia da fundação da Faculdade de Letras do Porto, organismo indispensável e tão próprio a uma cidade com as suas tradições e em que professaram, além daquele escritor, um grupo de homens tão ilustres como Teixeira Rego, Hernâni Cidade, Luís Cardim, Damião Peres, Newton de Macedo, Francisco Torrinha; e de que foram alunos, para citar apenas algumas das figuras mais notáveis, Santana Dionísio, Casais Monteiro, Eugénio Aresta, Pina de Moraes, José Marinho, etc., etc.

Não se nos afigura excessivo lembrar também que da formação e convívio intelectuais de A Renascença Portuguesa saiu e perdurou na quase década de 1919 a 1927 o chamado Grupo da Biblioteca (Nacional de Lisboa). Já ali trabalhavam, quando fomos, naquele ano, nomeado seu director, Raul Proença, que foi o seu Chefe dos Serviços Técnicos, e vieram depois e sucessivamente, chamados por

nós dois, Álvaro Pinto durante breve tempo, e António Sérgio e Aquilino Ribeiro, que permaneceram até abandonarmos o lugar. No meu gabinete juntava-se às vezes o escol das individualidades e das letras portuguesas de então: Pascoais, sempre que vinha a Lisboa, Raul Brandão (o mais assíduo), Reinaldo dos Santos, Afonso Lopes Vieira, José de Figueiredo, Leite de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, David Lopes, Luciano Pereira da Silva, Agostinho de Campos, Carlos Malheiro Dias, Mário de Azevedo Gomes, Luís da Câmara Reis, etc., etc. Também por ali passaram políticos de tendências as mais diversas, bastando lembrar os nomes de Álvaro de Castro, do então general Gomes da Costa, de Machado dos Santos e, por mais estranho que possa parecer, Aires de Ornelas.

No grupo dos escritores que ali se juntavam se originou também, como a Fénix das próprias cinzas — tardio rebento de A Renascença — a Lusitânia, revista de estudos portugueses, de que foi directora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e que tão altos serviços prestou à cultura nacional.

Unidos por uma amizade fraterna e, da minha parte, por uma admiração veemente, durante toda a vida, Pascoais e eu, o que me distinguiu dele, segundo creio, é que, acima de tudo, fui um poeta da acção, pronto sempre a exaltar o homem heróico e a transformar, por esse modelo, a ideia em acto e, por consequência, a militar e participar da luta em todos os campos, não excluindo o político.

Muito cedo e dentro ainda da tendência saudosista da Renascença, comecei a buscar os paradigmas históricos das virtudes nacionais. No segundo volume de A Águia, com-

posto ainda em 1912, ano da sua fundação, publicávamos nós um artigo — A Renascença Portuguesa e o ensino da história pátria — em que vigorosamente condenávamos a forma por que se ensinava a história nas escolas primárias e secundárias:

«Na Escola primária e consequentemente nos respectivos livros, o ensino da história não deve ser feito pelo processo biográfico resumido a figuras políticas, rosários de monarcas, na maior parte dos casos de importância insignificante. E ensinar a história pátria segundo os factos mais notáveis do reinado de tal ou tal personalidade exclusivamente política, é tudo quanto há de mais falso, pernicioso e bolorento. [...] O primeiro defeito desse método é levar as crianças à suposição de que toda a história deriva dessa série de figurões, como se as instituições, feitos e empresas gloriosas, riquezas e obras de arte fossem dádiva sua [...]. Mas acrescentávamos: «Daí o desconhecimento ou o conhecimento incompleto da acção que têm certas figuras na história. Exemplo: o Infante D. Henrique, que, enquanto vivo, foi a figura primordial em parte do reinado de D. João, durante o reinado de D. Duarte e no principio do reinado de D. Afonso V e cuja obra, após a sua morte, teve uma influência decisiva na nossa e na história da Humanidade».

E prosseguíamos:

«Outro dos defeitos desse método, e esse mais grave, é que não diz da acção do Povo na história, da influência da colectividade, do seu poder criador, do seu espírito de abnegação, do esforço dos humildes — da parte que lhes

cabe na realização das máximas empresas e na glória dos mais legítimos heróis». E exemplificávamos também com a parte decisiva do Povo na obra dos Descobrimentos.

Em artigo seguinte e do mesmo ano — A Renascença Portuguesa e os seus intuitos — voltávamos com obsessão ao tema do Infante D. Henrique, considerado como símbolo da grei, «a quem a audácia e a fé, o misticismo e o amor da Natureza retesaram o braço num tão grande esforço criador que ele — o pequeno povo — ergueu o Mundo na mão como um Deus-menino, dele fazendo a sua dádiva à ânsia indagadora da Humanidade».

Veio em breve a guerra. Passámos a dirigir um jornal, que pregava a participação portuguesa, ao lado da Inglaterra e da França. Ao poeta e ao jornalista da acção e ao professor de história deve ter acudido nesse momento fundir três aspectos da mesma personalidade e pregar por meio dum drama épico a participação heróica do povo português no maior esforço civilizador do seu tempo. E a nossa atenção fixou-se lógica e forçosamente no modelo preferido — o Infante de Sagres. Nesta altura o saudosista dava o primeiro passo para o modernizante, ou melhor, obedecia às duas tendências.

A minha visão do teatro era então — afigura-se-me — por demais poética e o meu Infante D. Henrique talhado muito à justa pelo molde entre heróico e dramático, criado por Oliveira Martins. Hoje, volvido quase meio século de estudo e reflexão, o meu Infante é outro. Menos dramático e mais humano, talvez demasiadamente humano nalgumas das

*

linhas mestras e elementares do carácter. Todavia, não enjeitamos a obra e mantemo-nos fiel ao conceito nuclear dum Infante D. Henrique, herói, génio e místico da acção, descobridor tanto de novas terras como e acima de tudo dum Homem Novo.

Que o drama, com todos os seus defeitos, e a sua representação vieram na hora própria se colhe do êxito da peça em cena, quer em Lisboa, quer no Porto, e da forma como a crítica a festejou. O drama foi representado pela primeira vez em Dezembro de 1916. Os protagonistas pertenciam a um grupo de actores tão grandes, como Ferreira da Silva, que fazia o papel do Infante, Ângela Pinto, que interpretava o principal personagem feminino, Augusto Rosa, que, além de participar do elenco, ensaiou a peça com inigualável mestria, e Chaby Pinheiro, Robles Monteiro, Tomás Vieira, Luz Veloso, etc., etc.

Estávamos em plena conflagração mundial e em vésperas de enviar para França o Corpo Expedicionário Português, de que viemos também a fazer parte, como voluntário. No Prólogo da peça, que era dito por Chaby Pinheiro, fazia-se uma evocação a Lisboa, em que o grande actor, com voz grave e patética, conclamava:

«Vamos! Voltemos agora
Àqueles tempos doutro
Em que os heróis esforçados
Iam por esses mares fora
Nunca dantes navegados;

*E, sobre o abismo sem fundo,
Gageiros nos altos mastros
Rasgaram o mar profundo,
Descobriram novos astros
E deram o Mundo ao Mundo!*

*Ó guerreiros, navegantes,
E vós, ó altos infantes,
Acordai, voltai à vida;
Sede a Pátria ressurgida,
Tornai a amar como dantes;
Contai as vossas batalhas;
Dizei o assalto às muralhas
E as largadas da aventura.
Mortos! rasgai as mortalhas,
Erguei-vos da sepultura!»*

No Prólogo especialmente escrito para a representação no Porto, adaptávamos à história local variantes sobre o mesmo tema.

Na verdade, o drama respondia às inquietações e entusiasmos de momento. Todos os espíritos estavam ardentemente voltados para a grande luta. Outros poetas afinavam pelo mesmo diapasão. Pascoais, no número de A Águia, de Julho desse mesmo ano, num pequeno poema intitulado À França, cantava:

*«Ó França, ó alma humana toda erguida
Num ímpeto divino, (eterna glória!)
Contra a bruta Matéria já vencida!*

*Tu guerreas entre a alma tormentória
Do Mar, em altas ondas, — a Inglaterra,
E a Rússia, alma das selvas e da terra:*

Três Arcanjos sublimes da Vitória!»

*E Augusto Casimiro, que breve devia ser um dos heróis
da guerra, já nos fins desse ano dirigia-se com alta inspira-
ção à Pátria:*

*«A vitória de Deus passa ao alcance
Das tuas mãos. Ó minha Pátria, parte!
E que o teu sonho para ela avance,
E um milagre de Dor venha salvar-te!»*

*Pelos relatos e as críticas, transcritas nos jornais da
época e que se publicam no fim deste volume, poderá o leitor
avaliar da reacção do público. Seja-me permitido lembrar
estas palavras dum dos maiores jornalistas desse tempo,
Avelino de Almeida, ao falar da primeira representação:*

*«Vem na hora própria este drama épico que tem como
protagonista uma das mais belas, mais estranhas e mais
altas personificações do génio e do destino da raça. O admi-
rável sentido que a obra do poeta demonstra do momento
actual, a forma por que ele evocou o período singularmente
grande da inclita geração, o estímulo patriótico de tantos
dos seus versos que soam, nos lábios puros do Infante, como
um acto de fé e um hino de esperança, — tudo consagra
o labor de Jaime Cortesão entre os que correspondem às*

necessidades espirituais duma época de indecisões e de incertezas, de desvairamentos e temerosos riscos».

Por sua vez, A Águia, nos fins do mesmo mês de Dezembro, quando a peça continuava em cena, anunciava que a primeira edição de O Infante de Sagres se esgotara em dez dias. Seguiam-se rapidamente a segunda e terceira edições. Aliás, cada uma dessas tiragens numerava apenas um milhar de exemplares. Há quarenta e quatro anos, rara seria a obra que se qualificasse mais alto como best-seller.

Hoje, volvido o rescaldo desse pequeno fogo de entusiasmo e de boa vontade, reconhecemos que o êxito foi em grande parte circunstancial. E por bem pago nos daríamos se conseguíssemos transmitir ao leitor actual um pouco do entusiasmo heróico, da aspiração ideal, da fé no homem, com que pretendemos animar a nossa primeira obra de teatro e que, hoje como ontem dão valor e dignidade à Vida.

ÍNDICE

Bibliografia do autor	4
Prefácio a modo de memórias	11
Prólogo	29
Acto I	35
Acto II	65
Acto III	89
Acto IV	111
Nota final	133
Algumas opiniões sobre «O Infante de Sagres»	137

ACABOU DE IMPRIMIR-SE
EM
JUNHO DE 1960
PARA
COMEMORAÇÃO
DO
CINQUENTENÁRIO LITERÁRIO
DO
AUTOR